



A EDUCAÇÃO NATURAL ENQUANTO FUNDAMENTO FILOSÓFICO PARA EDUCAÇÃO DE *LUCÍLIO E EMÍLIO*

Almir Paulo dos Santos¹

RESUMO

O trabalho tem a pretensão de aproximar o segundo livro de Emílio em Rousseau com as Cartas a Lucílio de Sêneca, tentando conectar o sentido ético da “condição humana” a uma “ordem natural”. O núcleo central da educação natural repousa no fortalecimento do corpo e no refinamento dos sentidos e, para justificá-lo, Rousseau recorre à tradição antiga, incorporando em seu projeto de educação natural aspectos ético-cosmológicos bem definidos daquela tradição. Sêneca justifica tal inserção em um determinado mundo, onde o ser humano participa pela virtude e moralidade, ordenado pela condição natural. A natureza torna-se a questão central, para Rousseau educar Emílio seu aluno fictício e Sêneca a Lucílio. O autodomínio é condição fundamental para a inserção na ordem das coisas, como enfrentar os vícios que corrompem a “alma” humana.

PALAVRAS CHAVES: Educação Natural, Rousseau, Sêneca, Infância e Ética.

EDUCATION NATURAL PHILOSOPHICAL BASIS FOR WHILE EDUCATION LUCÍLIO AND AN EMÍLIO.

ABSTRACT

The work has the intention of approaching the second book of Emílio in Rousseau with the cards the Lucílio of Seneca, trying to connect the ethical sense of "human condition" to a "natural order". The core of natural education lies in strengthening the body and in the refinement of the senses and to justify it, Rousseau refers to ancient tradition, incorporating in its education project cosmological natural ethical aspects well defined from that tradition. Seneca justifies such insertion in a world where humans participates by virtue and morality, ordained by natural condition. Nature becomes the central issue for Rousseau educate Emílio his student fictitious and Seneca the Lucílio. The self-mastery is a fundamental condition for the inclusion in the order of things, how to face the vices that corrupt human "soul".

KEYWORDS: Natural education, Rousseau, Sêneca, childhood and ethics.

¹ Licenciado em Filosofia – Mestre em Educação – UPF – Passo Fundo RS – NUPEFE e Doutorando em Educação – UNISINOS - São Leopoldo RS – Grupo de Pesquisa OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO - 2011
almirpaulo@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

O tema a ser apresentado, busca aproximar o segundo livro de Emílio em Rousseau, com as Cartas a Lucílio de Sêneca. A humanidade encontra-se inserida em uma “ordem ético-cosmológica”, e a natureza apresenta-se interligada a uma ordem cósmica da qual a humanidade participa desde que siga as referenciais morais que a natureza fornece². A passagem que legitima tal afirmação é exposta por Rousseau ao dizer que “a humanidade tem seu lugar na ordem das coisas e a infância tem o seu na ordem da vida humana” (ROUSSEAU, 2004, p. 74). O objetivo é discutir aspectos significativos da educação natural, necessária à formação de uma moralidade, respeitando a criança em sua condição cognitiva própria da infância com o que Sêneca trata enquanto referencia normativa para a ação humana, postulando um procedimento “imane” ao mundo. A condição de natureza apresentado tanto em Rousseau, quanto em Sêneca, é o caminho metodológico a ser seguido na tentativa de interligar possíveis reflexões “ético cosmológica”, essenciais para uma vida feliz. Um dos pressupostos fundamentais consiste em mostrar a necessidade de formar na criança, uma “autonomia moral”, para que a mesma possa considerar-se “senhora de si mesma”, enfrentando por conta própria seus desejos e suas faculdades. Nesse aspecto, compreender uma racionalidade inerente na relação da criança com o mundo, torna-se significativa, pois conduzir a infância a uma liberdade moral que é intrínseca a educação pelas coisas, prepara a criança para a moralidade e desenvolve sua autonomia. O desenvolvimento de uma sensibilidade educada é condição necessária para que a criança possa ser considerada sujeita de sua ação e auto-determinar-se cognitivamente, no contato com a natureza. Sêneca faz uma reflexão cosmológica, afirmando que a existência humana está interligada com o problema da liberdade. Já Rousseau, pensa a infância, a partir de uma “liberdade bem regrada”, provinda da relação da criança com a natureza. Num primeiro momento apresento a educação natural em Rousseau e logo após a universalidade da razão escrita por Sêneca nas Cartas a Lucílio. A tentativa é aproximar possíveis relações entre Rousseau de Sêneca, enquanto pressuposto de pensar a educação a partir de referencia filosóficas, colaborando para a inserção da consciência do sujeito a uma responsabilidade

² Em seu escrito “Pluralidade e ética em Educação”, Hermann afirma que “a natureza relaciona-se com disposições internas. Ao destacar as leis da natureza, Rousseau tenta manter a unidade entre homem e universo e atingir o sentimento íntimo da vida, a sensibilidade”. (2001, p.43).

social, fundamentada por princípios éticos necessários a cidadania. O desafio é motivar a ação educacional a partir de um caráter de liberdade e sensibilidade, intrinsecamente presente na natureza cognitiva da infância.

1 - Ordem cósmica e universalidade da razão segundo Sêneca

É no estoicismo, e em especial em Sêneca, que o conhecimento filosófico aproxima-se da existência humana, tendo a moral como um dos fundamentos necessários na busca por uma vida feliz. Sêneca interliga ética, cosmologia e saber, conectando, em certo sentido, a condição humana com a ordem das coisas, tornando-se decisivo para o desenvolvimento do pensamento de Rousseau, na educação natural na segunda infância.

Sêneca apresenta seu referencial normativo para a ação humana postulando um procedimento “imane” ao mundo. O mundo inteligível não se encontra separado do sensível, pois os dois formam a mesma unidade cósmica, regida por uma razão universal. Sêneca justifica de modo diferente o aspecto normativo, concebendo-o como uma espécie de recuo até nós mesmos, sem precisar distanciar-se do mundo ao qual pertencemos. Ao postular um procedimento imane ao mundo, Sêneca, apresenta uma dupla tensão, expressada por um movimento de recuo à “interioridade do mundo”, no qual nos encontramos, e de “subida até seu topo”, onde se revelam os segredos da natureza. É importante perceber que esse duplo movimento, tanto de “recuo” como de “ascensão”, transcorre sempre num e mesmo mundo. Sêneca apresenta uma junção entre o mundo sensível e o mundo inteligível, formando uma grande unidade cósmica, que se encontra regida por uma razão universal.

Portanto, significa dizer que não há mais dois mundos e que não se precisa mais postular a passagem de um ao outro, nem mesmo lembrar (reminiscência em Platão) a descoberta da essência da alma, mas, sim, seguir seu percurso num e mesmo mundo. Demonstra-se, a busca efetiva que a alma executa num e mesmo mundo assumindo a tarefa de compreender qual é a racionalidade do mundo, reconhecendo na razão que conduziu a organização do mundo, que é divina (razão de Deus), é do mesmo tipo da alma, a qual, por sua vez, permite conhecê-la.

Isso nos indica que a razão universal e a razão humana participam da mesma ordem. A consciência dessa relação que vai assegurar à alma humana a sua inserção nesta ordem.

Como conseqüência desse processo, podemos compreender que a busca da “virtude” da alma acontece mediante sua inserção num e mesmo mundo, sem precisar mais ser, de certa forma, arrancada dele. O autodomínio, com o qual a alma humana pode conquistar-se sobre si mesma, segundo Sêneca, justifica a importância do conhecimento e da contemplação da natureza. É vivendo de acordo com a natureza que o ser humano pode dominar seus desejos, evitando tornar-se escravo deles e, assim, inserindo-se na ordem cósmica. O ser humano como forma de controlar seus desejos, tendo autodomínio da alma humana sobre si mesmo deve ser proporcional à sua inserção na ordem cósmica, fornecendo os aspectos normativos por meio da razão universal inscrita no cosmos.

Esse ponto é essencial porque é justamente aqui que Sêneca insere nas *Cartas a Lucílio* a importância da contemplação e do conhecimento da natureza para que o ser humano possa viver de acordo com sua própria natureza. Esse fator torna-se determinante para o auto-conhecimento humano e condição indispensável para controlar seus desejos, não se tornando submisso a eles. Por isso, justifica-se a importância de tratar das *Cartas a Lucílio*, tanto do ponto de vista ético, como do cosmológico e, também, do pedagógico³, fundamentais para a formação filosófica de *Lucílio*.

Aqui reside um dos aspectos de proximidade entre Rousseau e Sêneca. Rousseau em sua obra, *Emílio ou da Educação* especialmente no segundo livro, a educação pela natureza é a condição necessária para que Emílio possa desenvolver uma vida moralmente virtuosa. Embora, tal procedimento, tem o caráter de controlar os vícios e os desejos, também presente na educação de *Lucílio*, a natureza transforma-se em uma das referências fundamentais para os projetos educacionais.

A formação humana segue um caráter de universalidade natural de uma existência concreta, tomando como ponto de partida duas dimensões: a primeira no próprio *Lucílio*, que é ser humano e age no espaço, no tempo enquanto finitude da espécie humana; a segunda, no aspecto da condição mortal e finita, significando que o ser humano não pode fugir da lei mais forte que a natureza lhe impõe, pois, como ser vivo, é também um ser para a morte, percorrendo certa “angústia existencial”. Nesse sentido, por se encontrar numa idade bem avançada, Sêneca interroga-se a si mesmo sobre tudo aquilo que fez e deixou de fazer ao longo de sua vida, mostrando a *Lucílio*, seu aluno e ingressante na filosofia, que sua

³ Na realidade, ser útil consiste em estimular o espírito segundo a natureza por ação da própria virtude. (SÊNECA, 2004, p. 606).

virtude e ação humana são inerentes à ordem cósmica, da qual a humanidade participa por sua natureza.

Logo, o próprio Sêneca apresenta uma reflexão pedagógica a *Lucílio*, direcionando o aspecto do tempo e da própria natureza como condição necessária para uma vida feliz. Tornando por base a experiência acumulada ao longo de sua vida, Sêneca faz uma avaliação sobre o sentido da condição humana. É por isso que chama a atenção de *Lucílio* para que viva de acordo com sua própria natureza, pois nada temos que não seja instável e ilusório, apontando que a morte é a única certeza a condição humana. Viver de acordo com os princípios naturais é a maneira segura de desenvolvermos uma vida feliz.

O espaço que medeia entre o primeiro e o último dia de nossa vida é incerto e variável: se pensarmos nas doenças, até uma criança pode ter uma vida longa; se atentarmos na rapidez do tempo, até a vida de um velho é curta. Nada temos que não seja instável, ilusório, mas transitório do que o próprio tempo; tudo o que é humano se altera e, se a fortuna o quiser, se converte no seu oposto; na imensa voragem da existência humana a única certeza que temos é a morte; e a pesar disso todos se queixam da única coisa que não engana a ninguém. (SÊNECA, 2004, p. 542).

A reflexão cosmológica apresenta por Sêneca, faz a afirmação que a existência humana está interligada com o problema da liberdade, porque tudo no mundo é constituído de matéria e de espírito divino. Nesse sentido, Sêneca apresenta alguns traços gerais sobre sua cosmologia, numa relação entre propriedades divinas e alma humana. Essa relação, segundo Sêneca, a divindade apresenta-se como uma força muito mais poderosa do que a matéria, capaz de regular tudo, assumindo a condição de coordenar a própria existência. Isso significa dizer que a posição de superioridade ocupada pela divindade no universo é entendida como alma humana e o que é matéria, para nós, é corpo⁴. Assim, demonstra que “o agente, ou seja, a divindade é a mais poderosa e válida do que a matéria e submetida à ação da divindade. Sirva, portanto, o inferior ao superior”. (SÊNECA, 2004, p.235).

A virtude e os vícios estão em permanente confronto na vida humana e o papel do pedagogo é o cultivo da alma virtuosa. Este cultivo da alma está fundamentado na relação entre razão divina e razão humana, pois sabemos que a razão divina é soberana em tudo a que existe e fonte originária da razão humana. A busca da vida feliz consiste na formação de uma vontade contrária aos vícios, que consiga desenvolver uma autonomia na busca da

⁴ Gazolla afirma, em seu livro *O ofício do filósofo estoico*, que “a natureza estoica é teorizada como divina em sua eterna normatividade, em sua prevista ordenação e força constitutiva dos seres”. (1999, p. 41).

tranqüilidade interior, mantendo um domínio interior de si mesmo, capaz de não se deixar abalar pelas opiniões dos outros⁵. A segurança e a tranqüilidade da alma são pressupostos apresentados por Sêneca para a busca da felicidade⁶. Assim, quando a alma humana se encontra em estado de tranqüilidade e de domínio interior, livre dos prazeres do corpo, pode dedicar-se à observação do universo. Deus é o universo e nós participamos desse cosmo por meio da alma, desde que não nos deixemos dominar pelos vícios.

Torna-se importante observar que em Sêneca, a razão divina governa tudo, por ser o único bem autêntico. Nossa razão provém da razão divina, desde que mantenhamos um estado de tranqüilidade e de domínio interior⁷. Sêneca o justifica dizendo que, “se estamos de acordo em que a nossa felicidade depende exclusivamente de termos em nós uma razão perfeita, pois apenas esta impede em nós o abatimento e resiste à fortuna; seja qual for a sua situação, ela manter-e-á imperturbável” (SÊNeca, 2004, p. 462). Desse modo, a razão divina, que se apresenta na posição de Deus como criador e movente do universo, governa tudo. E o homem está ligado a essa divindade por meio da parte racional da alma, assegurando o domínio de si mesmo como condição para alcançar a virtude. Nesse sentido, a divindade, o universo e o homem formam a grande e perfeita unidade, a qual se apresenta vinculada à condição humana, à ordem cósmica. Deus, como criador e movente do universo, e o homem, como participante desta divindade por meio do permanente autodomínio de si mesmo, tendo a observância da natureza racional, formam a perfeita unidade.

A natureza desempenha papel fundamental na construção da virtude humana, porque viver segundo a natureza é a primeira condição para uma vida feliz⁸. É nesse sentido que a natureza, segundo Sêneca, apresenta-se com um caráter pedagógico em relação às ações humanas na construção da moral e no domínio de si mesmo. Em suas ações, *Lucílio*

⁵ Para esclarecer o sentido empregado entre Deus e o homem para a busca da vida feliz longe dos vícios, Sêneca emprega a metáfora do plantio dizendo: “Sementes divinas são lançadas no corpo humano e se tratadas por um bom jardineiro, então irão se desenvolver à imagem de quem as criou. No entanto, se caírem em mãos erradas, o mau jardineiro vai matá-las, deixando crescer em seu lugar ervas daninhas.” (2004, p. 61).

⁶ Sêneca, perguntando-se o que é felicidade, responde afirmando que ela “é segurança e tranqüilidade interior”. (2004, p 463).

⁷ Espíndola persegue essa idéia quando diz que “a idéia de que a Natureza, dada sua generosidade, estabeleceu o tempo de duração da vida humana no nível exato da suficiência. A consequência disso é que o homem não teria o direito de se queixar, cabendo-lhe apenas cumprir a contento, pois, com suas determinações, realizar todas as coisas grandes, e chegar à finalidade para a qual veio ao mundo. Mantendo-se dentro da ordem universal, esse último haveria de chegar no final da trajetória em pleno acordo com os ditames de seu ciclo próprio de vida, estabelecendo previamente pelo supremo artífice” (2008, p. 15).

⁸ Segundo Dalbosco, na Carta 65 Sêneca criticou a teoria das causas platônicas, dizendo que aquilo que Platão postulou como forma inteligível do mundo sensível nada mais é do que dependente da causa eficiente, a qual Sêneca concebe como sendo a divindade enquanto razão criadora. (2007, p.24).

tem a possibilidade de inserir-se na ordem cósmica, a partir da condição de vida concreta. O que Sêneca deseja para *Lucílio* é o domínio sobre si mesmo, que não se deixe dominar por pensamentos viciosos e inconstantes, mas sim, possa se afirmar em convicções sólidas, sentindo-se contente com aquilo que faz, compreendendo a natureza o precioso caminho da bondade.

Sêneca quer, portanto, demonstrar o papel que a natureza desempenha, de ser fonte condutora da ação humana, uma vez que tem a capacidade de orientar o ser humano durante o tempo de sua existência. Não são os recursos monetários que determinam a felicidade do homem, mas, sim, a bondade que reside na alma humana, vinculada às lições que a natureza determina para a condição humana na ordem das coisas. Sêneca já está velho e orienta *Lucílio* que busque uma vida tranqüila e feliz em contato com a natureza, pois a natureza pode inspirar o ser humano a seguir em frente sua força normativa, por ser origem da própria razão. O ser humano apresenta seu caráter finito por ter acesso à “interioridade do mundo”, pela consciência de si mesmo e pela correção de seu caráter e vontade, ao fugir dos vícios.

Sêneca aponta que *Lucílio* atingiu um estado de domínio de si mesmo, um estado de consciência, condição fundamental para alcançar a virtude moral, permitindo-lhe controlar seus desejos, afastando-se das coisas desnecessárias e dedicando-se a questões que dizem respeito à totalidade da vida. O conceito normativo de natureza, que reside no domínio de si mesmo, conquistado mediante sua relação normativa com a própria natureza, fornece preceitos e princípios indispensáveis para a formação de seu caráter e de sua moral. A força vinda a *Lucílio* para que não esmoreça no domínio de si mesmo está na busca pelo conhecimento da própria natureza e no confronto com ela. A natureza fornece os limites necessários à ação humana, expressos na própria limitação dos desejos, demonstrando que o conhecimento sobre o curso natural do mundo e o respeito por ele é que conduz ao domínio racional sobre si mesmo; assim, o homem aprende a enfrentar as adversidades de suas vontades e de seus vícios.

Faz sentido afirmar que o domínio racional sobre si mesmo vem alicerçado na constante observação da natureza, não se deixando levar pelos vícios, que se originam de uma vontade fraca e impulsionada pelos desejos imediatos. É com a virtude e a firmeza de caráter que se torna possível refrear os desejos impulsivos e o medo, tomando decisões adequadas para cada ação. A perfeição e a beleza da natureza, que se manifestaram na

criação, são as fontes de inspiração para superar os vícios, estabelecendo uma ordem que reflete em ações firmes e provoca uma total harmonia no ser humano. O próprio Sêneca esclarece quando afirma:

O que no-la revela é a ordem por ela própria estabelecida, o decoro, a firmeza de princípios, a total harmonia de todos os seus actos, a grandeza que a eleva acima de todas as contingências. A partir daqui concebemos o ideal de vida feliz, fluindo segundo um curso inalterável, com total domínio sobre si mesmo. (SÊNECA, 2004, p. 673).

A virtude humana apresenta-se como central para frear os desejos e eliminar os vícios. A alma humana torna-se virtuosa pelo esforço prolongado sustentado no “princípio de moderação”, o qual está conectado com o modo de vida de cada um. O princípio de moderação está imbricado com a idéia de natureza, tornando-se o referencial normativo para a ação humana, afastando o homem dos vícios. O homem, quando faz o bem, está de acordo com os preceitos que a natureza lhe forneceu, porém estes só alcançarão legitimidade quando estiverem amparados em princípios de virtudes e no contato com a natureza. Segundo Dalbosco, o “aspecto virtuoso da ação humana depende da correção da vontade amparada na própria correção do caráter, o qual, por sua vez, depende da compreensão adequada das leis que regem a totalidade da vida, e por isso, da própria verdade”. (2007, p. 39). Sêneca esclarece o sentido de virtude, da qual dependem os preceitos, numa complexa imbricação entre ação, vontade, caráter e razão⁹.

É da ação do ser humana considerada virtuosa que depende a correção das vontades, amparada na própria correção do caráter e numa adequada compreensão das leis que regem o universo e a própria totalidade da vida, esta intrinsecamente conectada com os princípios que a natureza lhe fornece. O valor normativo da natureza está imbricado com o poder das divindades, dos seres humanos e das coisas, sendo a condutora da filosofia e das próprias virtudes humanas para, assim, chegarmos ao “topo do mundo”. Segundo Sêneca, *Lucílio* conseguiu atingir o estado de consciência de si mesmo e o princípio moral sobre si mesmo, pressuposto essencial à construção da moralidade e à participação na ordem das coisas e do cosmos. Sêneca esclarece: “É, em suma, que, uma vez compreendida a natureza

⁹ O “princípio de moderação” é utilizado também nesta passagem do texto para significar a busca de uma vida bem regrada, ou seja, equilibrada e serena, pois ninguém se torna virtuoso por imposição ou por decreto, mas sim por seu grande esforço. É assim que a alma humana afasta-se dos vícios e conquista a verdadeira felicidade, que Sêneca apresenta a *Lucílio*.

do verdadeiro bem (em compreendê-la é possuí-la!), o teu espírito não careça de prolongar a tua existência.” (SÊNECA, 2004, p. 121). A lei da natureza fornece-nos sustentáculo para uma vida feliz e longe dos vícios; fornece-nos uma vida simples e abundante, desde que o ser humano consiga construir, em confronto com ela, o domínio de si mesmo. Será dispensável a presença do mestre-pedagogo quando Lucílio alcançar o domínio de si, pois, em conseqüência, afastar-se-á dos vícios e moderará seus desejos para que possa ingressar na ordem cósmica.

2 - Educação natural na segunda infância

É no segundo livro que Rousseau apresenta o problema da inserção humana na ordem das coisas, com um sentido “ético-cosmológico” bem definido. Rousseau conhecia razoavelmente bem a cosmologia grego-romana, pois, ao empregar as expressões “ordem das coisas” e “condição humana”, torna-se evidente que se amparou intuitivamente nesta longa tradição, a qual lhe serviu de referência para a elaboração de seu projeto de educação natural. Tal afirmação é contundente, pois alguns autores chegaram até mesmo a duvidar da originalidade de suas idéias, pela convergência que apresentam¹⁰. Essas idéias mostram, ao mesmo tempo, uma ruptura e uma continuidade, alicerçada nessa longa tradição com a qual Rousseau dialoga e que se tornou decisiva para a formulação do conceito de natureza como guia normativo à ação humana¹¹. Essa natureza normativa, além de impor limites, deve suprir as necessidades da criança, desenvolvendo um conhecimento de si mesma e, assim, tendo condições de dirigir-se¹².

O esclarecimento do significado normativo atribuído por Rousseau ao conceito de natureza e das implicações filosófico-pedagógicas que daí deriva mostra-se indispensável à recuperação de aspectos “cosmológicos” bem precisos dessa tradição grego-romana, que ajudaram no desenvolvimento da educação natural. Embora essa tradição seja compreendida por um amplo espaço de tempo, no qual se inserem vários séculos e várias

¹⁰ Entre eles está o bispo Cajot, que procurou mostrar a total dependência de Rousseau em relação aos estoicos. “Dom Cajot, sem levar em conta o conjunto da obra do filósofo genebrino, denigre sua imagem definindo-o como um pensador inábil e sem escrúpulo que se limita à condição de plagiador de Sêneca e outros escritos antigos.” (ESPÍNDOLA, 2005, p. 15).

¹¹ Dalbosco afirma que aspectos bem precisos desta tradição influenciaram decisivamente no fato de Rousseau ter tomado o conceito de natureza como guia normativo “quase infalível” à ação humana. (2007, p. 2).

¹² “A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens.” (ROUSSEAU, 2004, p. 91).

manifestações, tendências e idéias na maioria das vezes divergentes e contraditórias entre si, apresentam-se duas idéias básicas em relação ao cosmo: na primeira, o cosmo é um organismo inteligente e constituído por uma razão universal; na segunda, é concebido como um organismo racionalmente harmonioso, que tende para o bem, o que implica afirmar que o cosmo é um organismo inteligente e bondoso.

Tais pressupostos apresentados encontram-se muito presente na educação natural em Rousseau, enquanto papel central na reflexão pedagógica. O desenvolvimento das capacidades físicas, sensíveis da criança e um modo de vida, prevendo o respeito a ela em seu mundo, como também a necessidade de desenvolver suas capacidades cognitivo-morais, torna-se a referência fundamental para a educação de Emílio. O tempo da infância caracteriza por ser autêntico e merece ser respeitada. Esse respeito é fornecido para a criança, desde que a mesma esteja em contato com a natureza. A natureza desempenha papel normativo, conservando sua originalidade e desenvolvendo um caráter moral.

O filósofo acredita que a natureza, em sentido amplo, segue os imperativos da providência eterna. Todavia, ele considera, entrando no âmbito específico que o homem faz parte do todo do universo razão pela qual julga necessário afastar a ignorância que conservamos acerca da natureza originária. (ESPÍNDOLA, 2008, p. 34).

O respeito a sua fase etária é a primeira condição básica para que a educação natural possa desenvolver-se. O educador além de mediador entre a criança e a natureza deve favorecer brincadeiras, respeitar seus institutos, seus prazeres. Rousseau se mostrava insatisfeito com o tratamento dado às crianças, visto que “a idade da alegria” passava-se em meios a prantos e castigos. O tempo da infância é tão curto e tão autêntico que não se deveria enchê-lo de amarguras, mas respeitar a sua condição de liberdade. Esse projeto de educação natural vem mostrar que é possível educar a infância diferente dos modelos apresentados em seu tempo.

O modo de vida apresentado pela sociedade em sua época, privava a infância das crianças de viver de acordo com suas próprias necessidades. Talvez, Rousseau não queria uma separação radical da criança com a sociedade, mas um modo de vida diferente daquele fornecido, capaz de proporcionar a criança uma vida mais feliz. Para os “Homens, sede humanos, este é vosso primeiro dever, sede humanos para todas as condições, para todas as idades, para tudo o que não é alheio ao homem. Amai a infância, favorecei suas

brincadeiras, seus prazeres, seu amável instinto” (ROUSSEAU, 2004, p. 72). Embora Rousseau faça uma crítica direta ao tratamento que a infância recebia, por ser retirado os poucos momentos que a natureza fornece, como sendo necessária, traz a humanidade para sua própria condição, do dever para si mesmo.

É na infância o tempo de corrigir as más inclinações que a sociedade apresenta. Os sofrimentos nessa fase são menores e por isso devem ser multiplicados para, mais tarde, na idade da razão, poupá-las dos castigos dos homens. Além do desenvolvimento de sua sensibilidade natural, também as suas necessidades devem ser supridas, dadas diretamente entre a criança e ao adulto. A criança precisa dos cuidados básicos para sua sobrevivência. Esses cuidados não devem ser transformados em objeto de desejos ou de frustrações, mas de necessidades fundamentais.

Esse ponto é essencial, pois a intervenção do adulto (educador) na infância é necessária para orientar a criança, em permanecer constantemente no confronto com a natureza, fortalecendo seu corpo e refinando os sentidos por meio da educação pelas coisas desenvolvendo uma “liberdade bem regrada”. A criança ao construir sua própria autonomia e o conhecimento de si mesma, a coloca em condições de enfrentar suas próprias necessidades. Nesse sentido, quanto mais à criança desenvolver suas forças, menos vai recorrer às outras pessoas e mais vai agir por conta própria, adquirindo uma identidade de si mesma e constituindo uma potencialidade racional. O próprio Rousseau apresenta tais considerações: “Outro progresso torna a queixa menos necessária às crianças: é o de suas forças. Podendo mais por si mesmas, precisam com menos freqüência recorrer aos outros. Junto com a força, desenvolve-se o conhecimento, que as põe em condições de dirigi-la” (ROUSSEAU, 2004 p. 71-72).

Dois aspectos até aqui apontados são essenciais, e mostram o sentido de natureza exposto por Rousseau: o primeiro encontra-se na necessidade que a criança deve ter de estar próxima à condição natural, aqui ressaltando também a importância do adulto (educador) proporcionar-lhe condições para esse contato; o segundo consiste em afirmar que esse contato com a natureza a criança se coloca na condição de “sujeita de seus atos” no sentido de conscientizar-se para consigo mesma e de suas relações com as coisas. É nessa fase que a infância deve ser considerada como “o sono da razão” (ROUSSEAU, 2004, 119), mas precisa de tais direcionamentos possam ser fornecidos para a construção de sua identidade moral.

Um dos pressupostos indispensáveis para que a criança possa desenvolver sua autonomia, ser responsável por seus atos e obter plena preparação para a vida adulta é protegê-la da invasão social e educá-la pelas coisas. A sociedade em seu tempo caracterizava-se enquanto presunção de tratar a criança aos interesses econômicos, políticos, próprios dos adultos. Esse direcionamento era fornecido de fora para a criança, não deixando a mesma a desenvolver suas potencialidades originais, mas sim, construindo referências externas, muitas vezes absurdas as sua condição natural. A educação pelas coisas, que provinda da natureza proporciona uma identidade pura, justamente por não apresentar nenhum interesse externo e sim proporcionar condições específicas à infância, que podem ser jogos e brincadeiras.

Certamente, essa não é uma tarefa fácil, porque exige um posicionamento pedagógico que precisa ser o mais acertado em relação à criança ao adulto, para que ela não faça o que quiser fazer, nem seja privada das necessidades que sua idade comporta. Esse ato pedagógico torna-se um dos pontos centrais que Rousseau apresenta diferentemente ao tratamento fornecido à criança em sua época como sendo um “adulto em miniatura”, pois o modo como a criança agia estava condicionado às vontades do adulto. Esclarece Dalbosco: “A grande questão, do ponto de vista pedagógico, é saber qual o procedimento mais acertado do adulto em relação à criança para evitar escravizá-la ou ser por ela escravizado” (2007, p. 174). Desse modo, afastar a criança da artificialidade da sociedade, para que ela não desenvolva uma desproporção entre os desejos e as faculdades é tarefa do adulto. Esses desejos obsessivos conduzem a um distanciamento da sensibilidade, demarcando um afastamento entre o querer e o poder. A tarefa da educação natural é justamente um equilíbrio entre os desejos e as faculdades fazendo com que a criança fortaleça seu corpo e refine seus sentidos de forma ordenada. Justamente aqui, podemos perceber a força normativa pedagógica da natureza em oferecer a referência necessária para que a criança adquira a consciência de suas necessidades e o equilíbrio entre seus desejos e suas forças.

A força que as coisas proporcionam à criança não gera nenhum tipo de vício, mas permite-lhe uma “liberdade bem regrada”. Essa é condição que exige do adulto uma sensibilidade para distinguir entre o que é necessidade legítima e o que não é, pois são concessões, pelas quais se estipulam barreiras para saber a ordem e estabelecer os limites, como sendo um muro que tem de ser reconstruído. A disposição bem regrada da natureza transforma-se num guia normativo e fornece uma vontade educada à criança; assim, ela

consegue por si mesma visualizar os primeiros desejos e as primeiras necessidades. Rousseau mostra que, “junto a nós, existem mil lugares por onde a criança pode sair de seu lugar; cabe aos que educam mantê-la nele, e esta não é uma tarefa fácil. Ela não deve ser nem um animal, nem um homem, e sim criança”. (ROUSSEAU, 2004, p. 81). Conservar a criança na dependência das coisas e no contato com a natureza é tarefa do adulto; assim, ela terá seguido a ordem das coisas. Isso nos permite notar que a dependência das coisas não prejudica a liberdade e não gera vícios, ao passo que a dependência da sociedade gera todos os vícios e transforma a criança num “adulto em miniatura”. Nesse aspecto, a educação natural é determinada pela relação que a criança estabelece com as coisas, como o caminho a ser seguido para desenvolver um conhecimento de si, que a põe na condição sujeito de suas ações, na ordem natural das coisas.

3 – A Natureza enquanto Pressuposto Fundamental para a Educação de *Lucílio e Emílio*

A educação natural caracteriza como sendo o alicerce necessário a condição humana na ordem das coisas. Rousseau é bem categórico, quando esclarece esse sentido de natureza, deixando claro que a criança precisa ser respeitada em seu mundo. Esse desenvolvimento cognitivo torna-se a primeira condição fundamental para que a humanidade conecte-se na ordem das coisas. A natureza é a condição normativa indispensável para o desenvolvimento cognitiva moral, desde que a criança esteja em constante confronto com ela. Essa construção pedagógica de preparação a moralidade traz a humanidade enquanto parte de uma ordem cósmica maior, onde a criança também pode encontrar-se inserida. Derivam dela aspectos normativos básicos para a infância.

Pressupostos filosóficos pedagógicos são identificados quando Rousseau apresenta que “a humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu na ordem da vida humana” (2004, p.74). Tal colocação retoma um sentido de natureza, integrando a humanidade a uma “ordem cósmica”, enquanto pressuposto fornecido a todos por sua própria natureza, enquanto condição humana. A humanidade tem seu espaço na ordem das coisas e a infância no contato com a natureza, desenvolve tal potencialidade.

Sêneca aproxima de Rousseau, interligando ética, cosmologia e saber, através de um procedimento imanente ao mundo. A filosofia torna-se a referência para a existência humana, vinculada a moral na busca da felicidade. A existência humana está interligada com

o problema da liberdade, pois tudo no mundo é constituído de matéria e espírito divino. A natureza torna-se a referência fundamental para o projeto de educação de *Lucílio*, buscando uma reconstrução epistemológica de conhecimento, conectando mundo sensível e o mundo inteligível, numa grande unidade cósmica, regida por uma razão universal.

Rousseau salienta que é na infância que a criança tem maior propensão de adquirir vícios, que são prejudiciais para seu caráter. Nesse sentido, quanto mais à criança permanecer próxima à condição natural, melhor é a preparação para a moralidade e mais próxima se encontrará de ser feliz, significando que a humanidade tem o seu lugar na ordem das coisas e a infância tem o seu na ordem da vida humana. Portanto, Rousseau consegue justificar a importância de educar *Emílio*, mantendo-o o maior tempo possível nessa idade (segunda infância) em contato com a natureza. Além de criticar a educação em sua época como sendo bárbara, apresenta uma referência pedagógica fundamental, proporcionando condições e respeito pela infância.

Quando a criança é respeitada em seu próprio mundo, mantendo-se próxima da natureza, consegue por si mesma desenvolver uma autonomia sendo sujeita de suas próprias ações, inserindo-se numa ordem “ético-cosmológica” e afastando-se da artificialidade que a sociedade em seu tempo apresentava que era prejudicial para seu desenvolvimento cognitivo moral. Desse modo, a segunda infância é o “sono da razão”, pois enfatizar nessa fase o desenvolvimento das capacidades racionais latentes na criança seria o mesmo que tratá-la como um “adulto em miniatura”, afastando-a da natureza e da ordem “ético-cosmológica”.

Nas *Cartas a Lucílio*, Sêneca educa *Lucílio*, dizendo que não existem mais dois mundos pelo qual Platão defendia, mas uma única unidade cósmica. O ser humano participa quando observa o conhecimento que a natureza proporciona e insere-se na ordem “ético-cosmológica”, obtendo uma vida boa e feliz. Esse é o grande exemplo que Sêneca apresenta a *Lucílio* por se encontrar em uma idade bem avançada, tendo carregado em si mesmo as experiências que a vida lhe proporcionou. Sêneca se mostra crítico em relação ao caráter de artificialidade que a sociedade impõe, gerando vícios, afastando *Lucílio* da condição humana na ordem das coisas. A única forma de educar *Lucílio* é confrontá-lo o maior tempo possível com os ditames da natureza.

Rousseau e Sêneca desenvolvem seus métodos pedagógicos filosóficos tendo a natureza enquanto fundamento humano para a condição normativa na educação de *Lucílio* e

Emílio. O ser humano somente participa dessa “ordem ético-cosmológica” quando estiver o maior tempo possível em confronto com a natureza, desenvolvendo um caráter moral do cuidado de si. É dessa condição humana que afasta o ser humano dos vícios e da artificialidade da sociedade, colocando-o na “ordem das coisas”. A natureza torna-se a referência normativa fundamental para *Lúcio* e *Emílio* para a busca de uma vida feliz, proporcionando condições fundamentais para a participação de um cosmo “ético-cosmológico”.

O núcleo de sustentação pedagógica, antropológicas e cosmológicas que Rousseau e Sêneca apresentam, encontra-se alicerçado na idéia de natureza enquanto referencial a ser seguido para a educação e para a condição humana. Quanto maior o tempo que a criança permanecer em contato com a natureza, melhor será o desenvolvimento de seu caráter, de sua bondade e de suas virtudes, fundamentais para a inserção humana na ordem das coisas. É nesse sentido que a investigação retoma alguns pontos essenciais deixados pela tradição grego-romana, principalmente em Sêneca, como uma das etapas de justificação do conteúdo da educação natural, como também para explicar as críticas que Rousseau faz à sociedade de seu tempo.

Essas referências determinam um sentido “ético-cosmológico” fundamentais, pelo qual a humanidade tem o seu lugar na ordem das coisas, desde que observe os princípios que a natureza determina e que deve ser iniciada logo na infância, tornando-se o núcleo central da educação natural em Rousseau. Nesse sentido, Rousseau apresenta, em linhas gerais, forte ligação com a tradição grego-romana em seu projeto de educação natural, a qual se manifesta de modo especial em sua idéia de fortalecimento do corpo e de refinamento dos sentidos. Tal vínculo com a tradição antiga torna-se ainda mais evidente quando afirma que a única maneira pedagógica de educar *Emílio* encontra-se na natureza, longe do caráter artificial e dos discursos racionais, pois antes da razão devemos fortalecer o corpo e refinar os sentidos.

A educação natural deve acontecer pelo contato com as coisas, para que a criança possa desenvolver por si mesma uma autonomia que a coloca na condição de dirigi-la, construindo os limites necessários para o desenvolvimento, adequando seus desejos e suas faculdades. Rousseau e Sêneca salientam que a condição humana deve ser construída no maior tempo possível em contato com o parecer que a natureza fornece, restando os vícios, que são prejudiciais para seu caráter. Nesse sentido, quanto mais à criança permanecer

próxima à condição natural, melhor é a preparação para a moralidade e mais próxima se encontrará de ser feliz, significando que a humanidade tem o seu lugar na ordem das coisas e a infância tem o seu na ordem da vida humana.

Emílio e *Lucílio* têm enquanto pressuposto fundamental para a construção de sua moralidade através da condição natural. Embora Rousseau e Sêneca postularem procedimentos teórico próximos, mas com diferentes propensões epistemológica, torna necessário perceber que a natureza predispõe de um caráter moral fundamental a condição humana. Tais procedimentos educacionais, provindo do contato com a natureza, despertam os sentidos morais, distante dos vícios que a sociedade apresenta, tendo uma “alma pura” e feliz, capaz de enfrentar as provações externas com maior facilidade.

Considerações Finais

O sentido de natureza apresentado por Sêneca e Rousseau tem seu fundamento no respeito à condição humana para a busca da felicidade. A natureza predispõe dos elementos necessários à formação pedagógica, construindo uma moralidade, que os tornam capazes de enfrentar os vícios, predisposto no contato com a vida em sociedade. A condição humana na ordem das coisas pressupõe uma liberdade bem-regrada, que está em cada sujeito, respeitando seus limites, conscientizando-se de cada ação praticada. O adulto (educador) tem um papel fundamental na educação, de ser o mediador da criança com a natureza. A natureza oferece os elementos fundamentais para uma condução pedagógica, necessária à vida adulta.

O referencial normativo para a ação humana, apresentado por Sêneca, enquanto procedimento “imaneente ao mundo”, formando a grande unidade cósmica, regida por uma razão que é universal, traz o autodomínio como a grande meta para que o ser humano participe dessa unidade, através da contemplação da natureza. Viver de acordo com a natureza é controlar seus desejos, evitando tornar-se escravo deles. Esse autodomínio, provindo da natureza, conecta a razão humana e razão universal. Desse modo, o ser humano, participa da ordem das coisas, construindo através da natureza, virtudes morais.

Embora a natureza forneça indicadores necessários à razão humana, na construção de suas virtudes, é importante pensar que toda a ação humana, tem que ter a moralidade enquanto meta necessária para a compreensão do contexto social, como da interioridade

em si, que se forma no contato com a natureza. O controle de seus desejos e vícios torna-se fundamentais para o desenvolvimento de uma “alma saudável” e o autodomínio de si, inserindo-se com isso numa ordem cósmica. É importante frisar que os vícios e as virtudes em nossa vida estão em permanentes confrontos, inclusive no contexto atual.

O fundamento filosófico educacional apresentado por Sêneca a *Lucílio* e Rousseau a *Emílio* predispõe o cultivo de uma alma virtuosa, fundamentada pela relação entre razão divina e razão humana. A felicidade consiste na formação de uma vontade contrária aos vícios, desenvolvendo o autodomínio interior, trazendo tranqüilidade nas decisões que são necessárias a formação da moralidade. A educação ganha um sentido de natureza, ordenado pelas coisas que estão em torno da infância. Rousseau exemplifica: “evitai dar um professor de desenho, que só lhe daria imitações para imitar, quero que ele tenha como único mestre a natureza, e como modelos apenas os objetos” (2004, p.178).

O projeto de educação natural com ênfase dada por Rousseau na segunda infância, tem a natureza com o fundamento essencial para a educação de *Emílio*. O fortalecimento do corpo e dos sentidos, fundamento necessário ao desenvolvimento de uma pré-moralidade (respeitar a fase cognitiva), ocorre em contato com as coisas. Isto mostra que a educação pelas coisas, nessa fase etária, não vai fornecer os vícios que a sociedade apresenta, e que corrompe a criança, mas sim uma liberdade bem regrada. Neste aspecto, a educação pela razão deve ser precedida pela educação pelas coisas, pois educar pela razão na segunda infância seria tratar a criança somente segundo a racionalidade do adulto.

Neste sentido é possível identificar que a educação pelas coisas, além de afastar a criança dos vícios sociais, também prepara a mesma para o ingresso na razão, pois, segundo Rousseau, a educação pela razão deve acontecer somente depois dos quinze anos de idade. Assim, é possível identificar que a natureza, através da educação pelas coisas, prepara a criança para a próxima fase, como também mantém o caráter normativo para a segunda infância, inserindo na ordem das coisas. O que predomina aqui é a natureza como mundo físico que deve reger (formar) a experiência sensível da criança, preparando-a, deste modo, para o desenvolvimento de sua experiência “espiritual”, no qual, sobretudo, a partir do quarto livro do *Emílio*, o conceito de “natureza racional” passa a predominar.¹³

Em síntese a educação natural na segunda infância apresenta-se como o “sono da razão”, característica essencial para que a criança seja respeitada em seu mundo. O

¹³ Sobre isso ver, entre outros, Cassirer (1999, p. 113 ss.) e Dalbosco (2008, p. 15ss).

fortalecimento do corpo e o refinamento dos sentidos tornam-se o referencial a ser desenvolvido através da educação pelas coisas no contato da criança com a natureza. Esta, (natureza) fornece as necessidades essenciais para o fortalecimento do corpo e o refinamento dos sentidos. O adulto apresenta-se na segunda infância como o *mediador* entre a criança e a natureza, e a natureza torna-se a referência para que a criança seja inserida na ordem das coisas e participe da ordem cósmica.

Sêneca e Rousseau aproximam-se em suas análises teórica na fundamentação filosófica para a educação de *Lucílio e Emílio*. É importante observar que educar a partir dos princípios naturais é a condição necessária para o autodomínio interior, fortalecendo as necessidades cognitivas. Essas virtudes predispostas pela natureza, desenvolvem uma moralidade, indispensável para a ação humana, tornando-se com isso mais fácil enfrentar os vícios e os desejos que a sociedade apresenta, sem contaminação e participando de uma ordem cósmica. Esse núcleo de discussão ajuda a repensar modelos educacionais atuais, muitas vezes, direcionados por ideais mercadológicos, que além de fornecer vícios, desde a infância proporcionam mudanças significativas nas fases cognitivas, principalmente enquanto preparação para uma moralidade, necessária, para o conhecimento de si e fundamental para que cada ser humano desenvolva as virtudes indispensáveis para uma vida feliz, tema a ser pesquisado num próximo trabalho.

REFERÊNCIAS

DALBOSCO, Cláudio A. *pedagogia filosófica: cercanias de um diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2007.

ESPÍNDOLA, Arlei. *Rousseau leitor de Sêneca: entre os pressupostos e a originalidade de sua filosofia moral*. Tese (Doutorado) _ Unicamp, Campinas, 2005.

FRANCISCO, M. de F. S. Da contradição homem-cidadão no Emílio de Rousseau, *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 13, n. Esp., p. 29-47, 2003.

GAZOLLA, Rachel. *O ofício do filósofo estóico*. São Paulo: Loyola. 1999.

HERMANN, N. *Pluralidade e ética em educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ROUSSEAU, J.-J. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SÊNECA, Lúcio A. *Cartas a Lucílio*. Trad. J. A. Segurado e Campos: Lisboa, 2004.

STRAUSS. LÉVI. C. *Jean-Jacques Rousseau: de fundador das ciências do homem*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

SOUZA, M. das G. de. *Ilustração e história: o pensamento sobre a história no iluminismo francês*. São Paulo: Discurso/ Fapesp, 2001.

STAROBINSKI, J. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo. Seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *As máscaras da civilização*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.